

# Vida e morte do “agrupamento 26”: breve etnografia do Morar Carioca na “Barra Olímpica” (2011-2013)

DOI

[http://dx.doi.org/10.11606/](http://dx.doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2017.141744)

2179-0892.ra.2017.141744

## Mariana Cavalcanti

🏠 *Universidade do Estado do Rio de Janeiro | Rio de Janeiro, RJ, Brasil*

✉ *cavalcanti.m@gmail.com*

---

### RESUMO

O artigo constrói a breve trajetória do programa Morar Carioca, lançado pela Prefeitura do Rio de Janeiro em 2010 com o objetivo de urbanizar todas as favelas da cidade até 2020. A narrativa se desenrola a partir da experiência e dos dados coletados em campo ao longo dos seis meses em que fui responsável pelo componente “social” do trabalho do escritório Corcovado Arquitetura e Design, no dito “agrupamento 26”, formado por 8 favelas localizadas nas proximidades de onde se encontram em construção alguns dos principais equipamentos destinados as Olimpíadas de 2016.

---

### PALAVRAS-CHAVE

Morar Carioca,  
urbanização de  
favelas, Olimpíadas  
de 2016, urbanismo

## INTRODUÇÃO

Em junho de 2010 a Prefeitura do Rio de Janeiro lançou o *Morar Carioca: programa de integração de assentamentos informais precários*. O programa, a ser implementado pela Secretaria Municipal de Habitação (SMH), foi apresentado como um dos principais legados dos Jogos Olímpicos de 2016 para a cidade. Sua meta: a urbanização de “todas” as favelas cariocas até 2020. Para tanto, a metodologia do programa recortava a cidade em 40 “agrupamentos” de favelas, cuja urbanização ficaria a cargo de escritórios de arquitetura selecionados em um concurso realizado em convênio com o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB). O projeto total era orçado em R\$8 bilhões, sendo R\$2 bilhões a estimativa do custo da etapa a ser implementada junto com os escritórios.

O resultado do concurso foi anunciado em janeiro de 2011. Quarenta escritórios foram selecionados, de um total de 86 inscritos, abrangendo desde firmas de São Paulo até equipes que se consolidaram justamente a partir de experiências acumuladas em projetos de urbanização de favelas no Rio. Após a divulgação do resultado, os “agrupamentos” de favelas foram distribuídos entre os 40 escritórios selecionados. Esses seriam contratados em quatro rodadas distintas, em grupos de dez. O critério de priorização dos “agrupamentos” consistia na proximidade relativa a locais em que haveria competições ou instalações construídas para as Olimpíadas de 2016.

A espera pela assinatura dos contratos perdurou por quase um ano e meio – período em que o programa acumulou apelidos como “Demorar Carioca” e foi sofrendo inúmeros desgastes políticos. Finalmente, saiu o que seria a primeira – e provou ser a única – leva de contratos que seguiam o edital do concurso. Foram 11 os contratos assinados entre junho e julho de 2012. A equipe do escritório Corcovado Arquitetura e Design, a qual eu integrava como coordenadora da área social, ficou responsável pelo chamado “agrupamento 26”, que compreendia as favelas Asa Branca, Abadianas, Vila Calmete, Virgolândia, Vila Pitimbu, Vila União de Curicica, Vila União de Jacarepaguá (Village), Santa Maura, oito pequenas “comunidades”<sup>1</sup> localizadas entre os bairros de Curicica e Jacarepaguá, na região que o mercado imobiliário já havia então rebatizado de “Barra Olímpica”, pela proximidade aos terrenos em que seriam construídos o Parque Olímpico e a Vila dos Atletas<sup>2</sup>. Do ponto de vista do mercado imobiliário, tratava-se de esticar o alcance da marca “Barra da Tijuca” a espaços outrora vendidos como “Curicica” ou “Jacarepaguá”.

Os escritórios contratados nessa leva do Morar Carioca se comprometiam a entregar três produtos à Secretaria Municipal de Habitação (SMH) ao longo dos seis primeiros meses de trabalho: um Macrodiagnóstico, um Diagnóstico Local, e um Diagnóstico Consolidado. O contrato para o projeto executivo viria depois.

**1** Utilizo o termo “comunidade” aqui como categoria nativa – sendo os “nativos” em questão tanto os moradores de favelas quanto os técnicos da Prefeitura e arquitetos envolvidos no programa, incluindo potencialmente toda uma opinião pública que já se acostumou à correspondência desses termos. Patricia Birman (2008) já historicizou e contextualizou os usos do termo comunidade no Rio de Janeiro contemporâneo, trabalhando essa correspondência sempre problemática. Aqui, o uso dos termos favela e comunidade como intercambiáveis se deve também ao contexto em que os dados foram gerados, em favor de uma adesão ao modo como os problemas são narrados pelos próprios atores que protagonizam as dinâmicas sociais que aqui descrevo.

**2** Inicialmente, o “agrupamento” também incluía uma nona comunidade, Curicica II, que foi posteriormente excluída por já se encontrar sob intervenção de obras do PAC na Colônia Juliano Moreira. Por alguns meses ensaiou-se substituir Curicica II por outras pequenas favelas da região, uma vez que o orçamento do projeto levava em consideração também a área dessa favela. Prazos exíguos e o próprio aumento da área das favelas que já compunham o “agrupamento” acabaram por inviabilizar essa inclusão. No entanto, o episódio reforça a ideia de arbitrariedade na composição dos “agrupamentos”, discutida adiante no artigo.

O Ibase, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas<sup>3</sup>, foi contratado para realizar o Diagnóstico Social participativo do programa, que envolvia mecanismos e rotinas de mobilização e escuta dos moradores, e contava com equipes em campo em cada um dos “agrupamentos”.

Em dezembro de 2012, enquanto acertávamos os últimos ajustes da entrega do Diagnóstico Consolidado, mas antes de sua apresentação formal na SMH, recebemos a notícia de que o projeto executivo não seria contratado, uma vez que o “agrupamento 26” ficaria de fora do Morar Carioca por ordem direta do prefeito Eduardo Paes. Foi, inclusive, cogitada a nossa transferência para outro “agrupamento”, cujo contrato havia sido interrompido ainda na fase do Macrodiagnóstico.

Enquanto esperávamos, veio, em janeiro de 2013, a notícia da suspensão de todos os contratos em vigor do Morar Carioca, e da substituição do Secretário de Habitação Jorge Bittar, do PT, por Pierre Batista, um funcionário de carreira da Caixa Econômica Federal. Também ficou suspenso o contrato do Ibase. Até o final da gestão de Eduardo Paes como prefeito, ainda havia placas pela cidade anunciando obras do Morar Carioca, e a Prefeitura continuou a lançar resultados do programa em seus sites. Tratavam-se de obras iniciadas no âmbito de outros projetos, como no caso do Chapéu Mangueira e Babilônia, que contavam ainda com recursos do Proap/Favela Bairro, e ainda da Providência e na Colônia Juliano Moreira, em que obras da Prefeitura implementadas no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC, realizado com recursos federais) foram repassadas ao Morar Carioca. Para todos os efeitos, então, a maior parte das obras em andamento em favelas no Rio até o final da gestão Paes entraram na conta do Morar Carioca. No entanto, o que teria sido a sua fase 2, a partir do convênio com o IAB e do concurso, já havia sido considerada encerrada dentro da Prefeitura e da SMH.

Este artigo parte da experiência e dos dados coletados em campo ao longo dos seis meses entre julho e dezembro de 2012, período em que fui responsável pelo componente “social” do trabalho do escritório Corcovado Arquitetura e Design, no dito “agrupamento 26” do Morar Carioca. O trabalho foi conduzido com o apoio de pesquisadoras treinadas em etnografia, e, além dos levantamentos realizados para a Prefeitura incluiu uma série de entrevistas em profundidade e o acompanhamento dos destinos bastante diversos das comunidades outrora constituintes do dito “agrupamento 26”, após o fim do Morar Carioca.

Narrar a “vida” e “morte” do “agrupamento 26” dentro dos limites de um artigo requer um esforço de síntese que talvez não faça justiça ao potencial analítico que se desdobra a partir de tipos distintos de dados levantados ao longo de um trabalho de campo que exigia um constante esforço de distanciamento analítico. “Entrar” nos “territórios” “enquanto Estado” (ainda que como firma de arquitetura) implicava tanto olhar para os modos de funcionamento da burocracia da SMH e dos profissionais de arquitetura quanto para os próprios dados assim

**3** O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) foi fundado em 1981 por Herbert de Souza, o Betinho, Carlos Afonso e Marcos Arruda.

gerados<sup>4</sup>. Como tentativa de marcar, ainda que de modo impressionístico, a particularidade desse contexto de produção dos dados, nas páginas que seguem cito extensamente o texto do Diagnóstico Local entregue à SMH. A aposta é que essa estratégia ajude a marcar a própria diferença de nossa inserção e análise em diferentes momentos da pesquisa aqui relatada. Esta breve etnografia se vale, ainda, de inúmeras reuniões na SMH, nas favelas do dito “agrupamento 26”, no escritório de arquitetura, na contagem de domicílios, em entrevistas, grupos focais realizados pelo Ibase, sendo os diferentes discursos técnicos (dos arquitetos, urbanistas, funcionários da Prefeitura e agentes de campo) tomados aqui também como falas “nativas” sobre a produção da cidade, antes e depois da vigência do dito “agrupamento”.

No entanto, a breve existência do “agrupamento” é o que torna possível construir essa perspectiva de análise. Ele acaba por se oferecer como dispositivo heurístico para narrar a própria fragmentação dos modos e instâncias de produção e gestão da cidade, como lembra Luiz Antonio Machado da Silva (2015).

#### **O MORAR CARIOCA: URBANIZAÇÃO DE FAVELAS EM ESCALA “OLÍMPICA”**

Não é exata mente a presença de arquitetos ou firmas de arquitetura em programas de urbanização de favelas que marca a novidade do Morar Carioca. Desde ao menos a experiência pioneira do grupo Quadra, liderado por Carlos Nelson Ferreira dos Santos em Brás de Pina, em 1968, diversos projetos e programas já incorporaram o trabalho de arquitetos experientes e renomados em programas de urbanização de favelas. De fato, há uma série de arquitetos e firmas que construíram reputações a partir desses projetos, caso de Jorge Mario Jauregui, Luiz Carlos Toledo, e a firma Arquitraço. Do mesmo modo, ao longo dos anos formou-se um considerável mercado do “trabalho social” de obras públicas (cf. Araújo Silva, 2017).

Um projeto com escopo tão ambicioso como o do Morar Carioca só seria vislumbrável pela própria acumulação de um corpo técnico e de uma institucionalidade consolidada na e pela prática de urbanização de favelas, em particular após a criação da SMH para a execução do programa Favela Bairro em 1993. O então idealizador do Favela Bairro e primeiro Secretário de Habitação do Município, Sergio Magalhães, não por acaso, era o Presidente do IAB na época do concurso do Morar Carioca. O Favela Bairro em si tinha como antecedentes programas de urbanização de favelas como os projetos Mutirão e Mutirão Remunerado, implementados no âmbito da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social no final dos anos 80, experimentos de pequena escala que foram cruciais para o estabelecimento das condições institucionais, das rotinas e do pessoal que viriam a compor a Secretaria Municipal de Habitação<sup>5</sup>. Entre 1993 e meados dos anos 2000, a SMH implementou o Favela Bairro. Seus projetos com-

**4** Sobre as ambiguidades experimentadas pelos agentes comunitários em favelas cariocas, que tendem a formular suas falas e opiniões “enquanto moradores” e “enquanto Estado”, ver Carvalho (2011).

**5** Mas sua função e estrutura consolidaram a separação entre as rotinas de planejamento urbano para favelas e assentamentos informais e as práticas cotidianas da Secretaria de Urbanismo, cuja missão permanece circunscrita a intervenções urbanísticas na dita cidade formal.

preendiam obras de urbanização, modernização da infraestrutura das favelas, construção de espaços públicos e de equipamentos para a prestação de serviços sociais, como escolas, creches e postos de saúde.

O programa selou uma ruptura com projetos de remoção ao propor apenas a retirada de famílias que viviam em áreas de risco (especialmente as zonas sujeitas a inundações e deslizamentos de terra). Substituiu, assim, antigos projetos de “remoção”, valendo-se da premissa de urbanização com um componente “social”, ou seja, incorporando aos projetos de intervenção a prestação de serviços, além de iniciativas que promovessem a geração de renda. Em suas duas primeiras fases, financiadas, cada uma, por um empréstimo do BID no valor de US\$ 300 milhões, o programa atingiu mais de 150 favelas e cerca de 25 assentamentos informais em toda a cidade<sup>6</sup>. A terceira fase foi incorporada às obras do PAC, e algumas iniciativas ainda remanescentes do terceiro convênio assinado entre a SMH e o BID no âmbito do Favela Bairro chegaram, por esse caminho, a ser transferidas para o Morar Carioca (e são as que justificam os números que a Prefeitura continua a apresentar como resultado do Programa).

Assim, não resta dúvida de que o Morar Carioca se constituiu em franca continuidade com políticas anteriores de urbanização de favelas, sendo fruto de uma série de articulações institucionais, políticas e técnicas criadas pelo próprio processo de consolidação das favelas na política e na paisagem cariocas. Essa consolidação, no entanto, como venho argumentando em outros trabalhos, se deu no contexto particular de uma crescente centralidade política da questão da segurança pública no Rio de Janeiro. De modo por vezes manifesto, a institucionalização da política de urbanização das favelas legitimou-se na esfera pública ao longo das últimas décadas como uma resposta ao domínio territorial exercido pelo tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Em outras palavras, a lógica subjacente foi produção de um consenso de que a violência justifica a melhoria na infraestrutura das favelas (cf. Cavalcanti, 2009, 2013): se o problema é a “ausência” de Estado, esse passa a se fazer “presente” em termos de melhorias materiais e incursões policiais. Ou seja, a urbanização de favelas se constituiu historicamente como um componente ou substituto de políticas de segurança, como estratégia privilegiada de renegociação das margens do Estado na cidade, em que obras de urbanização e políticas repressivas foram se ampliando em escalas cada vez maiores. Mas a continuidade de um certo corpo técnico e o acúmulo de experiências em urbanização de favelas não explica nem justifica, por si só, a ampliação do escopo, da escala e das ambições do Morar Carioca.

A escala, concepção e desenho institucional inicial do Morar Carioca são fruto das exigências do planejamento estratégico e de marketing urbano que deram o tom da construção política, discursiva e imaginária do Rio de Janeiro como cidade apta a sediar megaeventos globais como a Jornada Mundial da Juventude

<sup>6</sup> Sobre isso, ver o verbete “Favela Bairro”, de minha autoria, no Dicionário da Política Fluminense (FINEP/CPDOC-FGV, 2014).

de, a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016, entre outros<sup>7</sup>. Vale lembrar que os projetos do PAC-Favelas, em andamento desde 2008 tinham como característica comum a inscrição das favelas na paisagem urbana, por meio de intervenções monumentais simbolizando a “chegada” do Estado e a integração das favelas à cidade, como o teleférico do Alemão, a passarela de Niemeyer na Rocinha, o metrô do Cantagalo e a elevação da via férrea em Manguinhos (Cavalcanti, 2013).

É possível pensar que o Morar Carioca, portanto, permitia articular, de um lado, a concepção do planejamento estratégico e do marketing urbano a uma tradição já estabelecida e institucionalizada de urbanização de favelas. Em particular, a ideia de contratar escritórios renomados e/ou experientes em urbanização de favelas se alinha à prática já consagrada em grandes cidades pelo mundo afora de contratação de “*starchitects*”, arquitetos-estrelas, para a elaboração de projetos cujo objetivo estratégico tende a ser a alavancar as “forças do mercado” para recuperar áreas degradadas e/ou induzir a produção de novas centralidades urbanas. Vale lembrar que, nos últimos anos, dois museus foram elaborados dentro dessa lógica – o do Amanhã, inaugurado no final de 2015 na Praça Mauá, com desenho de Santiago Calatrava, e o da Imagem e do Som, cuja construção na praia de Copacabana vem se arrastando no terreno onde outrora piscavam as pernas desenhadas em neon (sempre parcialmente falho) da boate Help<sup>8</sup>. Que ambos os museus tenham sido construídos em lugares há pouco tido como “degradados” e conhecidos por atividades ligadas à prostituição também sinalizou a tendência da gestão de Eduardo Paes de abraçar políticas de “ordem pública”, como parte da produção da dita Cidade Olímpica (desde a repressão cotidiana ao comércio informal por meio do “choque de ordem” até as revistas em ônibus com o objetivo de manter as praias da zona sul “livres” de “baderneiros”, ou agentes dos “arrastões”).

Vale lembrar, ainda, que em 2010, quando o programa foi lançado, não só a cidade como o estado do Rio encontravam-se em uma situação política e econômica sem precedentes em sua história recente: no rastro do entusiasmo da descoberta do pré-sal; em um momento em que o Estado sentia os efeitos dos *royalties* do petróleo; com cooperação entre os três níveis do governo; o programa das UPPs, iniciado em dezembro de 2008 naquele momento passava por seu auge de aprovação e expansão; e grandes obras de infraestrutura, mobilidade e urbanização do PAC, pareciam performar narrativas de “chegada do Estado” e os bons tempos trazidos pela política de “pacificação”. A geografia de prioridades do Morar Carioca era muito próxima da geografia das UPPs pela cidade, no sentido de priorizar as áreas próximas aos locais relacionados aos Jogos Olímpicos. No entanto, prometia extrapolar os limites da abrangência da UPP ao cobrir também áreas da zona oeste em que as UPPs são rarefeitas e onde o domínio territorial tende a ser exercido pelas milícias. De todo modo, o contexto mais amplo do Morar Carioca

**7** Vale notar que as premissas do planejamento estratégico e do *city branding* vêm norteando a política urbana da Prefeitura desde o primeiro governo Cesar Maia, como chama atenção Paula Camargo (2013).

**8** O projeto do Museu da Imagem e do Som é da firma Diller Scofidio e Renfro, a mesma do High Line de Nova York.

não pode ser divorciado daquele que produz o discurso de “chegada do Estado” por meio da urbanização, de um lado, e do controle militar, por outro.

### **O “AGRUPAMENTO 26” COMO DISPOSITIVO HEURÍSTICO PARA PENSAR A PRODUÇÃO DA CIDADE OLÍMPICA**

Faz-se necessário aqui, no entanto, assinalar uma novidade do Morar Carioca com relação aos programas de urbanização de favelas que o precederam: a própria ideia do “agrupamento” como unidade de intervenção, as suas implicações para o planejamento dos projetos de urbanização e a janela que abre para uma etnografia da produção da Cidade Olímpica nessa região de fronteira urbana.

A ideia do “agrupamento” surge em meio a uma série de reajustes nos termos técnicos de nomeação de favelas, o que é crucial para pensar também transformações nos modos de governança das mesmas. O Morar Carioca adotou uma nova metodologia de contagem de favelas, que reduzira o número total de 1.020 para 625. Isso se devia ao fato de 539 favelas se encontrarem agrupadas em 144 “complexos”. As demais 481 configurariam “favelas isoladas”. Essa tendência informava, inclusive o edital do concurso do Morar Carioca, que instruía os escritórios a apresentarem soluções urbanísticas para três situações distintas: favelas em encostas, favelas isoladas, e complexos de favelas.

Mais tarde, em 2011, a reclassificação, pelo Instituto Pereira Passos, órgão da Prefeitura responsável pela gestão de informações sobre a cidade, de 44 favelas como “comunidades urbanizadas” – ou “ex-favelas”, como ficaram polemizadas na mídia (cf. Ansell, 2011) – também sinalizou uma tentativa de ampliar, do ponto de vista das categorias que informam as políticas públicas, as possibilidades de descrição e classificação da heterogeneidade constitutiva dos espaços designados como favelas, fato já constatado pela sociologia há décadas (cf. Machado da Silva, 1967; Valladares, 2005; Feltran, 2014). É evidente que, em ambos os casos, a redução do número oficial de favelas convém politicamente no contexto de uma cidade cuja imagem se converte em investimentos e especulações.

Entretanto, a ideia do “agrupamento” como instrumento de planejamento urbano, no caso do desenho do Morar Carioca, trazia uma série de possibilidades inéditas do ponto de vista do urbanismo. Os projetos levavam em conta um raio de 2 km quadrados ao redor de cada “agrupamento” para os diagnósticos. Assim, o levantamento dos equipamentos públicos, a pesquisa fundiária e o mapeamento em geral da região extrapolavam em muito o território das favelas que o constituíam. Abriu-se, portanto, pela primeira vez a possibilidade de um planejamento que viesse de dentro das favelas e que se espraiasse para seu entorno. Essa é uma das maiores diferenças do Morar Carioca em relação ao Favela Bairro, por exemplo, cuja proposta “generosa” (cf. Carvalho e Burgos, 2013) previa projetos

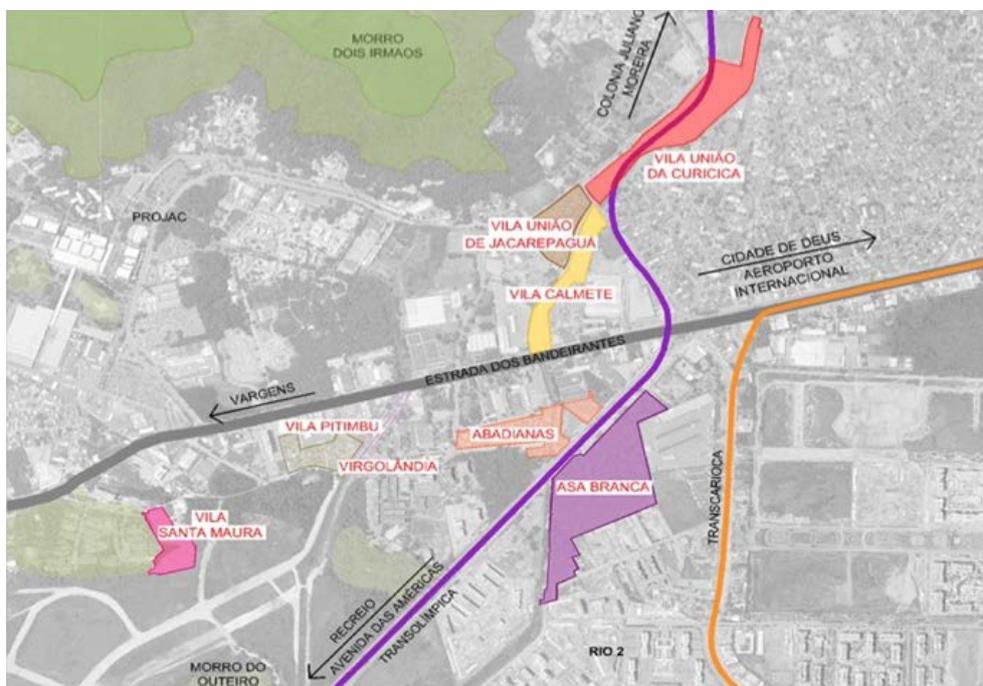
centrados na transformação das favelas em “bairros populares”, com a preocupação de manter certas particularidades das localidades. Nesse sentido, entretanto, a proposta do Favela Bairro acabava por reforçar as fronteiras entre as favelas e a cidade dita formal. No caso do “agrupamento” que ancorava a proposta do Morar Carioca, a ampliação de escala e a concepção de um entorno mais alargado nos projetos possibilitava o desenvolvimento de projetos em uma escala que permitia, em tese ao menos, uma releitura das fronteiras das favelas.

De outro lado, a ideia de “agrupamento” continha também a possibilidade de “juntar” favelas de um modo artificial, por vezes arbitrário, conectando espaços que não possuíam vínculos já estabelecidos por meio de redes ou rotinas de sociabilidade local. Esse era o caso das favelas do “agrupamento 26”. O “agrupamento” reunia o que era experimentado pelos moradores como quatro regiões distintas – a primeira incluía as favelas de Vila União de Curicica, Vila União de Jacarepaguá e Vila Calmete. A segunda abarcava Vila Pitimbu e Virgolândia, favelas contíguas. Uma terceira região era cortada pela Estrada dos Bandeirantes, que na época estava constantemente em obras. Finalmente, estava incluída também a região da Vila Santa Maura, que ficava mais afastada do restante do “agrupamento”. A cada uma dessas localidades correspondiam redes de sociabilidade, apoio e solidariedade diversas, arranjos de poder e mediadores e rotinas cotidianas marcadamente distintas. A categoria do “agrupamento”, produzida de acordo com critérios técnicos no esforço de esquadrihar racionalmente a cidade para fins de urbanização de “todas” as suas favelas, revelava-se, imediatamente, como socialmente arbitrária, o que gerava também disputas e conflitos.

Ou seja, de um ponto de vista metodológico e analítico, o “agrupamento 26”, se pensado como dispositivo de entrada em campo, permitiu a construção de uma perspectiva que extrapola as dicotomias favela/asfalto, ou qualquer delimitação que seria vislumbrável a partir de uma pesquisa estritamente acadêmica ou etnográfica. A obrigação do levantamento de dados no território traçado a partir de critérios técnicos externos ao que seria o caso fosse eu a desenhá-la, a pesquisa na vasta região do “agrupamento 26” acabou por iluminar formas, trajetórias e possibilidades de negociação e barganha com o Estado distintas, evidenciadas nos díspares destinos dessas localidades após a “morte” do “agrupamento” e a suspensão do Morar Carioca.

Ao impor formas e escalas de leitura daquela região que extrapolavam tanto as categorias de favela/cidade formal, Curicica/Jacarepaguá, a pesquisa no “agrupamento 26” o revela como ficção, seja do ponto de vista urbanístico, administrativo, político, legal, ou mesmo geográfico. No entanto, ele ilumina uma série de processos em curso que dificilmente seriam legíveis a partir de outra escala, e permite recortar, no tempo e no espaço, um pequeno fragmento das transformações pelas quais a região passou – antes e depois do Morar Carioca.

## O DIAGNÓSTICO: CIDADE ESCASSA, ENTRE QUITINETES, CONDOMÍNIOS, E RUMORES DE REMOÇÃO



**Figura 1**  
Mapa do “agrupamento 26”.  
Acervo Corcovado Arquitetura

### De “sertão carioca” a canteiro de obras

O mapa acima representa o “agrupamento 26” e seu entorno, tal como o estudávamos em 2012. Parte integrante do “sertão carioca” descrito por Magalhães Correa (1936) nos anos 30<sup>o</sup>, essa parte da zona oeste carioca é caracterizada por grandes “glebas” de terras, em que os jogos da especulação imobiliária se dão em escala distinta de outras regiões da cidade, como a saturada zona sul, em que mesmo postos de gasolina vêm se tornando escassos.

Foi justamente como alternativa ao modelo de ocupação da zona sul que se deu a articulação que culminou, em 1969, na aprovação do “Plano Piloto para Urbanização da Baixada Compreendida entre a Barra da Tijuca, o Pontal de Sernambetiba e Jacarepaguá”, de autoria de Lúcio Costa<sup>10</sup>. O plano vislumbrava a criação de um novo centro metropolitano, o que implicaria uma eventual transferência da Prefeitura para a região. O projeto modernista, como no caso de Brasília, concebia a Barra da Tijuca como um conjunto ou todo urbanístico, marcado pela verticalização pontual entremeada por áreas vazias. Havia, no entanto, uma diferença crucial entre o Distrito Federal e a Barra da Tijuca: a propriedade fundiária em Brasília era pertencente à União e na Barra dominada por grandes construtoras. No final dos anos 70, toda a região compreendida entre a Barra e Jacarepaguá era dividida entre 4 grandes proprietários: Pasquale Mauro, Tjong Hiog Oci (da ESTA S/A, conhecido como o “Chinês” da Barra, Mucio

**9** Magalhães Correa era escritor, artista e professor, e trabalhava como conservador na seção de História Natural do Museu Nacional. Os textos que viriam a compor o livro publicado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1936 foram inicialmente publicados no jornal *Correio da Manhã* entre 1931 e 1932 (ver Vidal e Souza, 2010).

**10** O Plano Lúcio Costa não foi a primeira tentativa do Estado de ordenar a ocupação dessa região. Em 1951, o prefeito do Distrito Federal, Mendes de Moraes, promulgou o decreto 10.805 em 12 de março, conhecido como Plano de Diretrizes para Vias Arteriais na Planície de Jacarepaguá.

Athayde (do Grupo Desenvolvimento), e Carlos de Carvalho, da Carvalho Hosken (Cosentino, 2015: 24), dona dos grandes terrenos vazios no entorno do que viria a ser o Parque Olímpico e a Vila dos Atletas, perto do que viria a se constituir, décadas mais tarde, momentaneamente como o “agrupamento 26”. O que se viu, sucessivamente ao longo das últimas décadas, foram “flexibilizações” dos parâmetros e gabaritos propostos originalmente no plano, de modo a aumentar a densificação projetada por Costa (cf. Sampaio, 2013).

A urbanização acelerada da região da Barra da Tijuca fez-se sentir na área localizada entre os bairros de Curicica e Jacarepaguá inicialmente a partir da construção do Centro de Convenções Riocentro, em 1977. O processo de urbanização ali se intensificou com a realização do primeiro *Rock in Rio*, em 1985, e teve ainda na inauguração do Projac – grande complexo de estúdios da Rede Globo – em 1995, outro grande determinante para o seu desenvolvimento. A demanda por mão de obra – fixa e temporária – do Projac aqui se somava à indústria da construção civil na Barra da Tijuca, Recreio e adjacências, e atuou como fator central da contínua expansão das favelas da região ao longo das últimas décadas.

A candidatura que garantiu a escolha do Rio como sede das Olimpíadas de 2016 não foi a primeira tentativa de trazer os Jogos para a cidade. Empreitadas anteriores, para as Olimpíadas de 2004 – que previam a realização de grande parte dos eventos na Ilha do Fundão – e de 2012, no entanto, sequer chegaram à fase final da competição. A candidatura que saiu vitoriosa em 2009 para os Jogos de 2016 teve como condição de possibilidade não só o alinhamento entre as três esferas de governo, mas também a articulação política em torno de sua realização próxima à Barra da Tijuca. Vale lembrar que Eduardo Paes começou sua carreira política como sub-prefeito da Barra e Jacarepaguá entre 1993 e 1996, e que grandes construtoras, em particular a Carvalho Hosken (uma das empresas que contribuíram os maiores valores para as campanhas eleitorais de Paes), viam a possibilidade de expansão de seu império de condomínios fechados e bairros planejados para a região recém valorizada pela concentração dos equipamentos Olímpicos no entorno da Lagoa de Jacarepaguá. Aqui, a vista da Lagoa de Jacarepaguá era também determinante para a abertura de uma nova frente de elite para o mercado imobiliário.

No gigantesco terreno em frente ao Autódromo, a Carvalho Hosken tirou do papel o “Centro Metropolitano” vislumbrado no plano original de Lúcio Costa como o novo centro cívico da nova cidade. Em sua transposição do desenho de Costa para o espaço urbano carioca, o Centro Metropolitano se torna um enorme *shopping*, vizinho do novo Hotel Hilton, também um empreendimento da Carvalho Hosken.

O anúncio do antigo Autódromo de Jacarepaguá como local de implantação do Parque Olímpico teve efeitos imediatos sobre toda a região do dito “agrupa-

mento 26” e além. O projeto precipitou a notícia da remoção da Vila Autódromo, construída em uma das pontas do terreno do Parque Olímpico, ainda que seus moradores tivessem obtido títulos de posse da Prefeitura em 1994 e a despeito de projeto alternativo desenvolvido em parceria com o Instituto de Planejamento Urbano e Regional da UFRJ, que seria premiado com o *Urban Age Award* em 2013. Enquanto o imbróglcio em torno da Vila Autódromo se estendia, diversas comunidades menores também foram marcadas para remoção parcial ou total, em função do plano de macrodrenagem da Lagoa de Jacarepaguá, ou da construção das vias expressas Transcarioca e Transolímpica, dentre elas três favelas do “agrupamento 26”: Virgolândia, nas margens do Rio dos Passarinhos, Vila Calmete e Abadianas, as duas últimas às margens do Canal Pavuninha.

Quando foi assinado o contrato com a firma de arquitetura, já era sabido que a região seria cortada por duas vias expressas equipadas também com corredores de BRT: a Transcarioca e a Transolímpica. A primeira, que apenas tangenciava um dos limites do “agrupamento”, já havia sido inaugurada. O projeto executivo da Transolímpica, entretanto, que cortava a área do “agrupamento 26” permaneceu, durante todo o processo de elaboração do diagnóstico, elusivo. Em janeiro de 2011, uma peça publicitária da Secretaria de Transportes para anunciar as melhorias que a Transolímpica traria para a cidade circulara no *YouTube*<sup>11</sup>. No vídeo, o traçado da via passava diretamente sobre a Vila União de Curicica, e tangenciava pelo menos três outras favelas do “agrupamento”, gerando inúmeros rumores de remoções iminentes. No contexto de remoções em andamento em outras regiões por onde os BRTs já haviam passado, e da remoção anunciada da Vila Autódromo, o vídeo trouxe grande apreensão para os moradores da região. Vale notar que, no mapa elaborado pelo escritório de arquitetura e aqui reproduzido, o traçado da Transolímpica passa diretamente sobre a Vila União de Curicica, por ordem da própria SMH, que determinou que o único cenário a ser aventado para a elaboração do primeiro esboço do projeto de intervenção era a remoção completa da comunidade.

Com o aporte do Parque Olímpico à região, veio também a Vila dos Atletas, ou Ilha Pura, tal como vem sendo vendido o empreendimento, também lançado pela construtora Carvalho Hosken. As unidades foram colocadas à venda em um grande lançamento, com um *stand* luxuoso no local, em que era disposta uma grande e detalhada maquete do que seria o “mais completo bairro da cidade”. O Ilha Pura previa um bairro de 31 prédios de 17 pavimentos, com 7 condomínios e 3.604 unidades habitacionais. Na ocasião do lançamento, o valor médio dos apartamentos variava entre quase R\$900 mil e pouco mais de R\$2 milhões, e projetava-se a chegada de 17.700 novos moradores para o empreendimento após o final dos Jogos Olímpicos. No *site* da Odebrecht, construtora responsável pela execução da obra, um dos edifícios, Vivre, é hoje vendido como centro

**11** “Em sobrevôo, engenheiro explica traçado da Transolímpica”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dxnUIDPMReU>.

de um cartão postal, com o “Parque da Pedra Brando de um lado e as lagoas da Barra da Tijuca de outro”, “um lugar que une segurança, espaços de lazer e convivência e facilidades para morar, se divertir, trabalhar e estudar no mesmo lugar”<sup>12</sup>. Após o fim dos Jogos, no entanto, apenas 260 dos apartamentos da Ilha Pura teriam sido vendidos<sup>13</sup>.

Entretanto, o *boom* da construção civil na região em muito extrapolava a Vila dos Atletas e a frente da Lagoa de Jacarepaguá, ambos fora da área que constituía o “agrupamento”, mas que afetavam diretamente a área que nos cabia “diagnosticar”. Altas torres em diferentes estágios de construção eram visíveis por toda a parte na região do “agrupamento”, em particular às margens da Estrada dos Bandeirantes, às vezes literalmente coladas às favelas. Segundo dados de 2013 da Ademi (Associação de Empresários do Mercado Imobiliário), Curicica – que até 2009 não constava da listagem – figurava como local de 921 unidades habitacionais lançadas desde o anúncio da Barra da Tijuca como local-sede do Parque Olímpico (cf. Sampaio, 2013)

Era claro, desde o início, que sob a aparente uniformidade dos escombros e obras e homens circulando com uniformes e capacetes havia uma infinidade de investimentos, projetos e iniciativas sendo levadas por diversos agentes: mega empreiteiras e construtoras como a Carvalho Hosken, a Odebrecht e a Andrade Guttierrez, a Secretaria Municipal de Obras, (que, sob os auspícios da Sub-Prefeitura da Barra e Jacarepaguá executava o programa Bairro Maravilha, de calçamento e pavimentação na Asa Branca ao mesmo tempo em que realizávamos estudos para a urbanização da área), e ainda empreendimentos imobiliários de construtoras menores, ao longo de toda a Estrada dos Bandeirantes.

Em suma, toda a região do “agrupamento 26” parecia, à primeira vista, um imenso canteiro de obras: além dos limites do “agrupamento” coincidirem com a localização do Parque Olímpico e da Vila dos Atletas, sua fronteira ao norte, com a Colônia Juliano Moreira também encontrava-se em transformação, com grandes obras do PAC e do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Dentro das favelas do “agrupamento”, não era diferente. Pequenas e grandes obras, públicas e privadas, eram visíveis por toda a parte: construções de edifícios, pavimentação de ruas, reformas, abertura e reforma de estabelecimentos comerciais já existentes. Do ponto de vista de suas múltiplas possibilidades de mapeamento, o grande canteiro de obras parecia tão elusivo e monumental quanto fora o “sertão carioca” aos olhos de Magalhães Correa.

## O diagnóstico

Aportamos nesse gigantesco canteiro de muitas obras “enquanto Prefeitura” depois de mais de um ano realizando algumas visitas clandestinas<sup>14</sup> e examinando

**12** Disponível em:  
<https://oglobo.globo.com/rio/prefeitura-negocia-venda-de-imoveis-na-vila-dos-atletas-para-servidores-20853503>,  
acesso em 17 de agosto de 2017.

**13** Disponível em:  
<https://oglobo.globo.com/rio/prefeitura-negocia-venda-de-imoveis-na-vila-dos-atletas-para-servidores-20853503>  
acesso em 17 de agosto de 2017.

**14** Ainda que houvesse a instrução de não visitarmos as favelas na condição de escritório, tanto eu quanto algumas de minhas bolsistas já havíamos realizado visitas e conversado informalmente com o presidente de uma das associações de moradores da favela Asa Branca. O contato havia sido travado por meio de uma urbanista norte-americana coordenadora de uma ONG que promove visitas esporádicas a grupos de jornalistas e estudantes estrangeiros a essa comunidade, usando o caso da construção da rede de esgoto da comunidade como “boa prática” de urbanismo em favelas.

mapas, ortofotos, plantas e *google maps* da região<sup>15</sup> – que pareciam sempre desatualizados com relação às observações em visitas preliminares que havíamos realizado – para uma vistoria que se estendeu por dois dias. A vistoria seria, em tese, nosso primeiro contato com o “agrupamento”. O encontro foi marcado em um dos postos de gasolina próximos ao local em que se encontrava projetado ponto de maior proximidade entre as vias expressas Transolímpica e Transcarioca. O posto já não existe mais; deu lugar a um viaduto. Deveria haver representantes de todas as secretarias potencialmente envolvidas nas obras, mas o fato de ser este o décimo primeiro “agrupamento” contratado em pouco mais de dois meses pode ter esvaziado a vistoria, que contava apenas com alguns representantes da GeoRio<sup>16</sup>. Havia um funcionário da Prefeitura responsável por fazer a conexão com as lideranças locais, tanto para nós da equipe do escritório de arquitetura, quanto para as equipes do “trabalho social” da Prefeitura.

Feita a vistoria, era urgente montar um escritório local. A firma de arquitetura inicialmente cogitou instalar o escritório local em alguma das galerias comerciais que lembram *strip malls* típicos dos subúrbios norte-americanos e que começavam a pontilhar a região, em particular na Estrada dos Bandeirantes e nas cercanias da Salvador Allende. No entanto, os preços eram totalmente proibitivos para o orçamento do projeto, sendo os aluguéis mais baratos de salas comerciais em torno de R\$7.000 mensais. A solução veio pela própria expansão do mercado imobiliário das favelas que vínhamos observando: na Vila Pitimbu encontramos um imóvel de dois cômodos, com uma copa e um pequeno banheiro. O aluguel custava R\$1.500 por mês. A casa era uma de três que o proprietário do terreno alugava para inquilinos que passavam a maior parte do dia fora de casa. As casas compartilhavam um pátio interno, e havia uma grande cozinha coletiva junto à casa principal.

Ao longo dos seis meses seguintes, entrevistamos os presidentes das associações de moradores, participamos de oficinas realizadas pelo Ibase, conversamos com moradores antigos e recentes, e realizamos a contagem de domicílios de todas as favelas do “agrupamento”. Nossos primeiros achados foram sistematizados no documento intitulado “Análise qualitativa dos usos dos espaços”, entregue junto com o Diagnóstico Local, quatro meses após o começo dos trabalhos, enquanto se realizava a contagem de domicílios. A intenção do documento era descrever a formação das favelas e os usos dos espaços da região do “agrupamento 26”, o que incluía um levantamento qualificado dos equipamentos e serviços públicos ali existentes, de modo a auxiliar no desenho do projeto executivo e planejamento também de novos equipamentos a serem instalados na região.

A despeito das muitas diferenças nos históricos de formação e de dinâmicas cotidianas das oito comunidades, chegamos a vislumbrar processos e topografias comuns que conferiam alguma legibilidade ou verossimilhança ao “agru-

**15** Vale assinalar aqui que o estranhamento com o trabalho dos arquitetos era patente. Enquanto nós da equipe social nos inquietávamos com a ausência de campo, escuta e interação na região, e nos debruçávamos sobre os vídeos do *YouTube*, e a questão das remoções na região – cuja visibilidade era garantida pela questão da Vila Autódromo – os arquitetos, do nosso ponto de vista, desenhavam e desenhavam mapas quase que indiscriminadamente.

**16** A Fundação Instituto de Geotécnica (GeoRio) é o órgão da Secretaria Municipal de Obras responsável pela contenção de encostas, e foi fundada em 1966.

pamento 26”. Segundo o documento, três características eram discerníveis em todas as favelas do “agrupamento 26”: além de serem de pequeno porte, eram marcadas por fronteiras bastante claras e voltadas para si mesmas ou para pequenas microáreas cujas fronteiras também tendiam a ser igualmente marcantes. Em suma, tratavam-se de pequenos enclaves:

*A pequena escala dessas oito comunidades localizadas em áreas planas torna possível uma segunda característica (...) que será determinante para o modo como seus espaços são produzidos, usados e apropriados: as favelas do agrupamento 26 constituem-se como enclaves, voltadas para si mesmas – ou para suas micro-áreas. Nesse sentido, seguem a lógica de uma região da cidade formal marcada pela ausência de espaços públicos, em que os condomínios fechados e grandes complexos industriais ou outros enclaves, como o Projac, produzem uma cidade que nega o pedestre e a rua (grifos no original, Corcovado Arquitetura, 2012: s/p).*

Desse modo, do ponto de vista da vida cotidiana, não se tratavam de oito comunidades, e sim de pouco mais de uma dúzia de pequenos enclaves compostos por poucas ruas, e, o que talvez fosse o mais determinante, com poucas entradas:

*Além de se tratarem de favelas de pequeno porte, são comunidades que, via de regra, surgiram e se reproduzem por meio de divisões e subdivisões de lotes, e cuja construção inicial em muitos casos se deu em alvenaria, o que também imprime uma espacialidade distinta daquela esculpida pela lenta transformação de pequenos barracos de madeira em casas de alvenaria tão comum nas favelas consolidadas das zonas sul, centro, e norte da cidade. Há sub-regiões de diversas favelas que se assemelham a pequenos condomínios ou vilas (grifos no original, Corcovado Arquitetura, 2012: s/p).*

Ainda que a forma enclave, ou a tendência a condomínio, seja predominante, ela se manifesta de muitas formas: há, dentro das fronteiras formais de cada uma dessas “comunidades”, múltiplas topografias, de condomínios típicos de classe média, a casas de alvenaria com problemas evidentes de infraestrutura ou construídas sobre rios em que o esgoto era diretamente lançado.

Assim como na Barra da Tijuca e adjacências, dentro das favelas que compunham o “agrupamento 26”, a lógica do enclave acaba por produzir uma sensação de “segurança”. Segurança, aqui, significa duas ausências, sempre precariamente garantidas: a ausência de criminalidade na forma de roubos e outros pequenos e grandes crimes contra a propriedade, e a ausência de um tráfico de drogas territorializado, como em favelas da zona sul.

Trata-se de uma região da cidade que se produziu, também, a partir da

ação de grupos que mais tarde vieram a ser caracterizados como milícias, ainda que talvez no momento de constituição inicial das comunidades as relações que hoje reconhecemos como milícias se encontrassem ainda em processo de formação. O fato é que a maior parte das comunidades resultou de ocupações planejadas por políticos e atores locais. Sua topografia, em grande medida planejada por esses agentes loteadores, tem um componente de segurança nelas embutido. O traçado cartesiano de espaços, acessados por poucas entradas produz uma forma que dificulta a instalação de bocas de fumo ou as práticas usuais de territorialização de favelas pelo tráfico de drogas. Ou seja, ao contrário das arquetípicas favelas de encostas em que as ruas carroçáveis se desdobram em vielas e becos labirínticos, em que é possível desaparecer em meio aos caminhos que se bifurcam a cada esquina, nas favelas de Curicica o traçado das ruas é cartesiano e as entradas e saídas permitem uma circulação restrita e controlada.

Como se observa em outras áreas sob influência de milícias, há, nas falas dos moradores, uma clara valorização da “tranquilidade” da região – que, como é sabido, em geral sinaliza uma referência à ausência das rotinas territoriais ostensivas do tráfico de drogas, bem como à pouca incidência de crimes contra a propriedade. Por outro lado, a ênfase na “tranquilidade” e segurança do local tornam discernível o silenciamento, sobretudo no espaço público e no registro público em reuniões, com relação à atuação de milícia no local. Quando mencionada em público por uma das participantes em um grupo focal promovido pelo Ibase, um exemplo entre vários, a atuação da milícia foi rapidamente silenciada por outros participantes.

Finalmente, vale ressaltar que a forma enclave comum a essas comunidades – e a tantas outras nessa zona da cidade – também tinha suas fronteiras cotidianamente ressaltadas e reproduzidas pela relação com o entorno. Os grandes terrenos e muros às margens de grandes avenidas também concretizavam a presença de atores próximos aos centros de poder. Ainda segundo o documento,

*Carvalho Hosken, Odebrecht e Andrade Gutierrez são termos corriqueiros e próximos, pois constituem agentes sociais que fornecem empregos, proíbem e/ou negociam acessos a terrenos ou partes de terrenos. (...)*

*Do mesmo modo, a presença do Projac reproduz, a seu modo, o modelo de proximidade física e distância social que caracteriza a relação das favelas consolidadas das zonas sul e norte com seus entornos. De um lado fornece constantes oportunidades de emprego, de participação de figuração e o ocasional glamour de filmagens nas comunidades – em particular o Village e a Vila União, onde foram realizadas gravações das novelas Cheias de Charme e Avenida Brasil, respectivamente. De outro, se exime de qualquer política mais sistemática de responsabilidade social com o entorno, o que também pode vir a ser uma questão a ser melhor explorada no diagnóstico consolidado.*

A grande novidade do Diagnostico Consolidado, entregue em dezembro de 2012, foi a rápida expansão do numero de domicílios das favelas da região: em apenas dois anos, entre o Censo de 2010 e nossa contagem de 2012, o número total de domicílios das oito comunidades teria tido um aumento de quase 150%: de 1.159 a 4.657. Asa Branca, que contava com 567 domicilios no Censo de 2000, teve 1.069 no de 2010 e 1.495 em nossa contagem de 2012. A Vila Pitimbu, onde fixamos nosso escritório, aumentou de 61 domicilios em 2000 para 289 em 2010, e na nossa contagem chegou a 417 domicilios.

**TABELA 1 - NÚMERO DE DOMICÍLIOS**

<b>FAVELA</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>	<b>2012</b>
ABADIANAS	184	312	438
ASA BRANCA	567	1069	1565
VIRGOLANDIA	83	120	184
V. CALMETE	102	151	287
V. UNIAO CURICICA	-	540	987
V. PITIMBU	61	289	417
V. SANTA MAURA	112	181	272
V. UNIAO JACAREPAGUA	50	349	507
<b>TOTAL</b>	<b>1159</b>	<b>3011</b>	<b>4657</b>

Os números não chegavam propriamente a surpreender. Ao longo da própria contagem, o que inicialmente parecera apenas evidência de um mercado imobiliário aquecido – as dezenas de obras em andamento, bem como as placas de “aluga-se” nos imóveis já existentes – revelou uma topografia muito mais complexa do que as fachadas das edificações demonstravam. Ao longo da contagem de domicílios, percorremos inúmeras construções labirínticas, edifícios com dezenas de quitinetes para aluguel, fileiras de relógios de luz novos em folha. Nos corredores, muitos moradores recém chegados, do nordeste e de outras partes do estado do Rio. Como escrevemos na análise do uso dos espaços,

*O aquecimento do mercado da construção civil na região, articulado à oferta de empregos no Projac, vem atraindo (...) recém chegados [que] tendem a se instalar em quitinetes alugadas por valores que variam entre R\$250 e R\$400, e que se proliferam nos fundos de lotes existentes ou pela construção de novas lajes. Desse modo, a verticalização dessas comunidades apresenta a particularidade de se dar primordialmente por meio da construção de quitinetes para aluguel,*

*o que aumenta a densidade e o número de domicílios de modo extremamente acelerado. Em Asa Branca e Vila Pitimbu há grandes complexos de quitinetes para aluguel que sugerem uma ressurgência do cortiço como modo de produção de moradia informal. (...)*

*Até o momento, nossa equipe travou contato com diversos moradores das quitinetes. Na segunda semana de setembro, por exemplo, em uma rápida passagem por um dos complexos de quitinetes, conversamos com dois rapazes que haviam chegado do nordeste há menos de uma semana, ambos já no processo de serem contratados por empreiteiras locais. Eles mencionaram uma terceira pessoa, que teria chegado na mesma época e que já estava contratado pela Andrade Gutierrez. Dez minutos antes, havíamos conversado com uma dona de casa chegada de Sergipe há menos de dois meses, que relatou das dificuldades em encontrar vagas nas escolas da região. O marido também fora imediatamente contratado pela construção civil. Contatos e conversas semelhantes se repetiram por diversas favelas do agrupamento (Corcovado Arquitetura, 2012: s/p).*

A rápida expansão das favelas, e o fluxo de trabalhadores da construção civil nas diversas obras da região, transformavam não só a paisagem, mas também as dinâmicas sociais locais. Além dos novos moradores, em todas as favelas do “agrupamento” era discernível um claro movimento de trabalhadores de firmas especializadas, que prestavam serviços nas obras da região, mas que aqueciam o comércio e os serviços locais. Na hora do almoço, os restaurantes e pequenos estabelecimentos comerciais da região lotavam de pessoas com crachás e uniformes diversos.

*Um segundo efeito [da rápida expansão das favelas do “agrupamento”] diz respeito ao incremento no comércio local. (...) Em particular são visíveis (...) os trânsitos e fluxos de pessoas em torno da rede de pensões e vendas de quentinhas para trabalhadores de obras no entorno das favelas. Entre 11h30 e 12hs, durante a semana, o ritmo do almoço dos trabalhadores das obras se faz presente em diversas das comunidades do agrupamento.*

*Esses trabalhadores também engrossam as fileiras de estranhos que moradores mais estabelecidos tendem a mencionar como parte das transformações recentes que a região vem experimentando. Nos grupos focais realizados pelo Ibase, moradores mais antigos da região expressaram certa apreensão diante do aumento de pessoas estranhas nas comunidades, registrando ainda regiões – em particular trechos mais ermos da Estrada Santa Maura – em que se sentem vulneráveis a roubos, experiência que afirmam ser recente (Corcovado Arquitetura, 2012: s/p).*

Era possível discernir, portanto, uma dinâmica de estabelecidos e *outsiders* nas favelas do “agrupamento 26”. Se, para os recém chegados, ou *outsiders*, a cidade

parecia escassa, para os já estabelecidos, ou seja, para os moradores mais antigos da região, que participavam das oficinas do Ibase, integravam a associação de moradores e se faziam presentes e ouvidos nos espaços de participação, uma expressão muito comum para descrever a amálgama de rápidas transformações era “sufocamento”. Do ponto de vista deles, os recém chegados traziam oportunidades de ganho econômico em termos do mercado de aluguel ou do comércio local, de outro lado também passavam a disputar os já escassos espaços públicos e serviços sociais disponíveis – amplificando a sensação de “sufocamento”. Como disse a coordenadora pedagógica da escola Alina de Brito, “a cada ano, a cada obra e a cada novela”, crescia a demanda por vagas nas escolas municipais.

Os locatários de quitinetes são agentes chaves dos processos aqui discutidos, uma vez que atuam como mão de obra nas grandes obras viárias ou da construção civil ao mesmo tempo em que aquecem o mercado interno das favelas, de aluguel e de serviços. No entanto, permaneciam, em grande medida, invisíveis para o Morar Carioca. Na versão final do Macrodiagnóstico entregue à SMH, uma das recomendações alertava sobre a relativa invisibilidade desses moradores.

*(...) os mecanismos de escuta até aqui acionados vêm falhando na tarefa de captar as impressões desses recém chegados. Nos grupos focais e na oficina dos sonhos [conduzidas pelo Ibase], a maioria dos participantes residia na localidade há alguns anos, sendo os moradores mais recentes da região pessoas com mais de três anos de moradia na região. Faz-se, portanto, urgente, a confecção de mecanismos e espaços de escuta que permitam incorporar as vozes desses recém chegados, bem como levantar dados sobre sua situação socioeconômica, (...) Para pensar políticas urbanas sustentáveis para a região nos próximos cinco anos, será necessário conhecer esses moradores das quitinetes (Corcovado Arquitetura, 2012: s/p).*

#### **ALÉM DO “AGRUPAMENTO 26”: DO MORAR CARIOCA AO BAIRRO MARAVILHA**

O “agrupamento 26” morreu antes do encerramento oficial do Morar Carioca, em janeiro de 2013. Ele se dissolveu ainda em Dezembro de 2012, no exato instante em que apresentamos as tabelas com os números de remoções projetadas pelo escritório, levando em conta a remoção total da Vila União de Curicica – o único cenário que fora permitido ao escritório aventar – e uma série de remoções de áreas de risco em beiras de rio. Apesar de inúmeros esforços para minimizar o número de remoções, empurrando a legislação até o limite, o fato é que entre as comunidades localizadas nas beiras de rio e o suposto traçado da Transolímpica, cerca de um quarto daquelas 3.500 residências tinha previsão de ser removida. Diante da tabela abaixo (Tabela 2), o Sub-Secretário de habitação e o gerente de

projetos sequer esperaram o final da apresentação para sair da sala de reuniões. Nossas suspeitas se confirmaram quando, alguns dias mais tarde, fomos notificadas da extinção do “agrupamento”.

Ou seja, o “agrupamento 26” teria “morrido” mesmo se o Morar Carioca tivesse vingado. Não faria sentido político para a Prefeitura arcar com o desgaste adicional que possíveis protestos contra essas remoções iriam trazer, amplificando o imbróglio em torno da remoção da Vila Autódromo, que se encontrava em seu auge. Realizar as remoções dentro do Morar Carioca implicaria não só conceder maior visibilidade ao processo, mas também o envolvimento de um leque mais amplo de atores sociais na realocação – inclusive o Ibase – o que, por sua vez, também importaria certos procedimentos de escuta e participação que tornariam o processo mais disputado e politicamente custoso do que foi. A Transolímpica deixou rastros de situações parecidas de remoções de favelas, realizadas pela SMH em sua maioria, mas não sob a chancela do Morar Carioca. As desapropriações foram sendo realizadas trecho a trecho, enquanto o traçado final permanecia sem divulgação. A fragmentação temporal e espacial da construção da via tornava a constituição de movimentos unificados de resistência quase impossível. No primeiro semestre de 2015 a Vila União foi quase toda removida, e a maior parte de seus moradores se juntou a ex-moradores da Vila Autódromo no Parque Carioca, um condomínio construído no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida na Estrada dos Bandeirantes (ver Petti, 2016).

A suspensão do Morar Carioca rompeu com a continuidade de programas de urbanização de favelas que vinham se consolidando incrementalmente nas rotinas da administração da cidade do Rio de Janeiro, ao longo de diversas gestões. Mas isso não era tudo que acontecia em termos de política urbana ou política de urbanização de áreas populares na cidade. Enquanto o Morar Carioca se demorava em palestras, contratos, e finalmente em estudos que tinham como categoria de análise e execução o tal “agrupamento” – que, arbitrário ou não, centralizava o planejamento de certas regiões da cidade a partir de suas favelas –, a Prefeitura executava, nas zonas norte e oeste, o programa Bairro Maravilha, de asfalto e calçamento. Foi o caso da obra em andamento na favela Asa Branca com que nos deparamos na vistoria, inaugurada no início de 2013, após o encerramento do Morar Carioca.

Simultâneo ao desmantelamento do Morar Carioca houve um aumento exponencial de recursos para obras e para publicidade do Bairro Maravilha. Lançado também em 2010 pela Prefeitura, o programa era relativamente marginal aos grandes investimentos em obras ligadas às Olimpíadas. Tampouco figurava nos pacotes de obras olímpicas alardeados no material de propaganda da Prefeitura.

Executado pela Secretaria de Obras, e orçado em R\$1,4 bilhão, até junho de 2016, o programa havia reformado 2.121 logradouros, com a promessa de chegar

a 2.760 até o final do mesmo ano, sendo dois terços desses localizados na zona oeste do Rio. De acordo com um estudo desenvolvido pelo Instituto Pereira Passos (IPP), 570 mil cariocas seriam “beneficiados” pelo Bairro Maravilha (Queiroz, 2016). Em suma, o programa tinha alcance mais amplo e visível, produzia resultados rápidos com grande apelo publicitário, como fotos de contrastes de antes/depois de áreas por ele atingidas. A julgar pelos resultados da eleição municipal de 2016, a estratégia funcionou, pelo menos do ponto de vista eleitoral. O candidato do PMDB que representava a continuidade da administração de Paes, Pedro Paulo de Carvalho, obteve votações expressivas nas áreas “beneficiadas” pelo programa (Queiroz, 2016). Não foi o suficiente para garantir a eleição, mas a votação aponta para a predominância de outras negociações para a realização de obras públicas, de engajamento com supostos “beneficiários” e de estratégias de mitigação de conflitos bem distintas daquelas anunciadas e planejadas no âmbito do Morar Carioca.

Menos do que um recuo, ou um retrocesso em um processo de políticas cada vez mais inclusivas, participativas ou democráticas, a virtual substituição do Morar Carioca pelo Bairro Maravilha evidencia justamente a simultaneidade, disputa e fragmentação dos modos e instâncias de produção da cidade, e do espaço urbano. Essa é uma conclusão – sempre parcial, sempre provisória – que vale assinalar, tendo em vista a leitura muitas vezes monolítica sobre a produção da Cidade Olímpica pelo capital. É certo que há assimetrias intransponíveis no poder de ação na produção da cidade e é sempre possível argumentar que o capital se reproduz e urbaniza por diferentes estratégias dispositivos ou agenciamentos. No entanto, do ponto de vista etnográfico, cabe desvendar justamente esses diferentes arranjos.

Tampouco se trata de lamentar a não implementação do Morar Carioca, ou sua “falência”. Assim como seria de pouca utilidade contar uma história urbanística da Barra da Tijuca desde o ponto de vista de sua adequabilidade ao plano Lúcio Costa, o que importou neste texto foi reconstruir as relações políticas e institucionais, em diversas escalas, que concederam legibilidade e verossimilhança ao “agrupamento 26” por um curto período de tempo. Sendo assim, esta breve etnografia sobre sua contingencial e efêmera existência aponta para a singularidade de um momento histórico de construção da Cidade Olímpica, e dos programas de urbanização de favelas no Rio de Janeiro.

A experiência de pesquisa no “agrupamento” – em particular a contagem de domicílios, que confirmou impressões dispersas e difusas já presentes no trabalho de campo – lançou luz sobre o modo como se deu a expansão recente da região, que abre espaço para uma série de novas questões que dizem respeito à cidade e seu futuro.

O ponto, portanto, não é problematizar a distância entre o projeto e a práti-

ca, o desenho da política pública e sua implementação. A Cidade Olímpica das maquetes da Carvalho Hosken ou as renderizações espetaculares da Prefeitura tampouco se materializaram. No entanto, essas imagens e os processos por elas deflagrados produziram paisagens e infraestruturas que serão apropriadas e transformadas ao longo dos próximos anos. O fiasco de vendas do Ilha Pura/Vila dos Atletas, e o abandono do Parque Olímpico defronte ao vazio monumental que cerca o Shopping Metropolitano outrora projetado como centro cívico, assim como as quitinetes das favelas da região apontam para novas questões de pesquisa, em particular no contexto atual de profundas crises econômicas em que a cidade e o estado do Rio de Janeiro se encontram imersas.

---

**Mariana Cavalcanti** é doutora em Antropologia pela University of Chicago (2007), professora do departamento de Estudos Sociais do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ). Desde 2015, é Pesquisadora 2 do CNPq e Jovem Cientista do Nosso Estado pela FAPERJ.

---

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSELL, Thiago

- 2011 “A invenção das ex-favelas”. *Observatório de Favelas*, 08/06/2011. Disponível em: <http://observatoriodefavelas.org.br/noticias-analises/a-invencao-das-ex-favelas/> (acesso em 21/09/2013).

ARAÚJO SILVA, Marcella

- 2013 *A transformação da política na favela: um estudo de caso sobre os agentes comunitários*. Rio de Janeiro, dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- 2017 *Obras, casas e contas: uma etnografia de problemas domésticos de trabalhadores urbanos*. Rio de Janeiro, tese de doutorado, Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

BIRMAN, Patricia

- 2008 “Favela é comunidade?”. In MACHADO DA SILVA, L. A. (org.), *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Faperj/Nova Fronteira, pp. 99-114.

CANO, Ignacio

- 2009 “Seis por meia dúzia: um estudo exploratório do fenômeno das chamadas ‘milícias’ no Rio de Janeiro”. In: JUSTIÇA GLOBAL (org.), *Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Fundação Heinrich Boll, pp. 48-103.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de e BURGOS, Marcelo Bauman

- 2013 “Diagnóstico social para intervenções urbanas: o que é? por que fazer?”. In GUIMARAENS, Cêça e MOREIRA, Pedro da Luz (org.), *Cidade integrada III - Reflexões sobre diagnóstico social*. Rio de Janeiro, IAB, v. 1, pp. 17-28.

CAVALCANTI, Mariana

- 2009 “Do barraco à casa: tempo, espaço e valor(es) numa favela consolidada”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 24, n. 69.
- 2013 “À espera, em ruínas: urbanismo, estética e política no Rio de Janeiro da ‘PACificação’”. *Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 6(2): 191-228.

CORCOVADO ARQUITETURA

- 2012 “Diagnóstico Local” e “Macrodiagnóstico”. Secretaria Municipal de Habitação, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

DAS, Veena e POOLE, Deborah (orgs.)

- 2004 *Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fé, Oxford, School of American Research Press/James Currey.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L.

- 2000 *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

GUIMARÃES, Renato Cosentino Vianna

- 2015 *Barra da Tijuca e o projeto olímpico: a cidade do capital*. Rio de Janeiro, dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

GUPTA, Akhil

- 1995 “Blurred Boundaries: The Discourse of Corruption, the Culture of Politics, and the Imagined State”. *American Ethnologist*, vol. 22, n. 2.

LEITÃO, Gerônimo e DELECAVE, Jonas

2013 “O Programa Morar Carioca: novos rumos na urbanização das favelas cariocas?”. *O Social em Questão*, ano XVI, n. 29: 265-284.

LEITÃO, Gerônimo; DELECAVE, Jonas; e REZENDE, Vera

2004 “Planejamento e realização da Barra da Tijuca com espaço residencial, evolução e crítica de um projeto para uma área de expansão da cidade do Rio de Janeiro”. *ANPUR*, v. 8, n. 4.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio e LEITE, Márcia Pereira

2007 “Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas?”. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 22, n. 3.

2010 “Afinal, qual é a das UPPs?”. Disponível em: [http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/artigo\\_machado\\_UPPs.pdf](http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/artigo_machado_UPPs.pdf) (acesso em 30/09/2015).

MAGALHÃES CORREA, Armando

1936 *O sertão carioca*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

PETTI, Daniela

2016 “*Não tem preço, ninguém esquece sua vida assim*”: uma etnografia sobre a “luta” contra as remoções de favelas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, trabalho de conclusão de curso, FGV.

QUEIROZ, Mariah

2016 “Bairro Maravilha: a busca do Estado por tornar-se presente nas margens da Cidade Olímpica”. Rio de Janeiro, projeto de doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, IESP/UERJ, 2016.

SAMPAIO, Lilian Amaral de

2014 *Curicica, de fim do mundo a Barra Olímpica*. Rio de Janeiro, dissertação de mestrado, FGV.

SILVA, Maria Lais Pereira da

2005 *Favelas cariocas 1930-1964*. Rio de Janeiro, FGV.

VALLADARES, Licia do Prado

2005 *A invenção da favela – do mito de origem à favela com*. Rio de Janeiro, Editora FGV.

VIDAL E SOUZA, Candice

2010 “O sertão amansado”. *Sociedade e Cultura*, v. 13, n 1: 101-110.

### **Life and Death of “Grouping 26”: A Brief Ethnography of the Morar Carioca Program in Olympic Rio**

---

#### **ABSTRACT**

This article constitutes an ethnographic account of the Morar Carioca Program, launched by the City Hall of Rio de Janeiro in 2010 with the objective of urbanizing all the city’s favelas by 2020. This narrative builds upon the experience and data collected in the six months I acted as coordinator of the social component of one of the architectural firms responsible for elaborating the project for the so called “grouping 26” of the program, comprised of eight small scale communities located in the vicinity of one of the main sites of the 2016 Summer Olympics.

---

#### **KEYWORDS**

Morar Carioca,  
Favela Urbanization,  
2016 Summer  
Olympics, Urbanism

Recebido em 16 de dezembro de 2016. Aceito em 22 de agosto de 2017.